

EMPREENDEDORES INSTITUCIONAIS DA VACINAÇÃO NO BRASIL

FLÁVIA AVILA TEIXEIRA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP/MG

MARCUS VINICIUS GONÇALVES DA CRUZ

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP/MG

Agradecimento à órgão de fomento:

Os pesquisadores agradecem à CAPES pelo apoio à pesquisa

EMPREENDEDORES INSTITUCIONAIS DA VACINAÇÃO NO BRASIL

1 Introdução

Os indicadores de cobertura vacinal nos últimos anos no Brasil indicam para o agravamento de problemas na proteção da saúde pública para doenças imunopreveníveis (BRASIL, 2021; FERRARI et al., 2022; OPAS, 2022). O presente artigo busca compreender as características que marcam a arena da vacinação no Brasil a partir das lógicas institucionais, sobretudo quanto aos atores envolvidos e à pluralidade de sentidos e práticas construídas ao longo dos anos em torno da imunização, suas dinâmicas de adesão e resistência, que podem provocar a variação na cobertura vacinal e retrocessos na política pública. Mobiliza-se as referências teóricas calcadas nas lógicas institucionais (PAIVA; BRITO, 2018), em especial quanto ao empreendedorismo institucional (BATTILANA, 2006), sob a abordagem sistematizada por Thornton e Ocasio (2008), no contexto do institucionalismo (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; HALL; TAYLOR, 2003).

A imunização por meio de vacinas tem sido uma política de saúde pública “essencial para melhoria da saúde global e promoção do desenvolvimento econômico”, havendo “necessidade de os formuladores de políticas apoiarem, otimizarem e defenderem a expansão dos programas de imunização, em especial nos países mais pobres” segundo Holanda, Oliveira e Sanchez (2022, p. 1680). A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022) afirma que o atingimento das metas de cobertura vacinal estabelecidas para apenas dez vacinas pode evitar milhões de futuras mortes em países de baixa e média renda. A vacinação no Brasil e no mundo permitiu banir doenças de consequências terríveis como a poliomielite, dentre outras (VARELLA, 2016).

No Brasil, o Programa Nacional de Imunização (PNI), que institucionaliza formalmente tal política no país, completa cinquenta anos em 2023, em meio a apreensão quanto aos indicadores de cobertura (DOMINGUES et al., 2020; MACIEL et al., 2022; NUNES, 2021; OPAS, 2022). A volta de doenças erradicadas, como poliomielite, ou a ocorrência de morte em decorrência de meningite, traz questionamentos sobre os motivos da imunização, antes celebrada como política pública efetiva no país, ter passado a ser motivo de preocupação.

A partir da identificação dos atores e das lógicas institucionais atuantes na vacinação brasileira, acredita-se que possa haver o fortalecimento da política pública, uma vez que a atuação para tanto poderá ser mais bem direcionada pelos gestores públicos envolvidos. Importante mencionar que a pesquisa não pretende avaliar a política pública institucionalizada por meio do PNI, do ponto de vista do ciclo de políticas públicas, mas sim verificar o fenômeno da vacinação no país por meio do mapeamento das lógicas institucionais (THORNTON; OCASIO, 2008), promovidas pelos empreendedores atuantes no campo organizacional (DiMAGGIO; POWELL, 2005), mobilizados a favor e/ou contra a prática. O PNI é considerado uma das lógicas fundamentais para a vacinação e mobilizador dos atores, processos e práticas institucionalmente relevantes nesse contexto, e transversal às demais lógicas mapeadas.

O artigo contribui nos campos da Administração e da Saúde Públicas ao possibilitar melhor direcionamento das ações dos gestores públicos envolvidos na definição das políticas de imunização. A partir da melhor compreensão de como as lógicas influenciam os resultados da vacinação, do conceito de empreendedorismo institucional e de qual o papel de cada um dos empreendedores nesse contexto, será possível ressaltar quais os atores e as lógicas institucionais precisam ser fortalecidos para ampliação dos indicadores de cobertura vacinal.

2 Procedimentos Metodológicos

A complexidade e multidisciplinaridade da temática da imunização, assim como a densidade da lente teórica das lógicas institucionais escolhida para sua análise, levaram à adoção de pesquisa qualitativa (FLICK, 2004), de caráter descritivo (CRESWELL, 2012), com múltiplos métodos de coleta de dados. Segundo Godoy (1995), “um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”. Considerando o fenômeno a ser analisado, da vacinação no Brasil, pretende-se, portanto, somado aos recursos metodológicos qualitativos, utilizar também dados quantitativos, especialmente quanto aos indicadores de cobertura vacinal e aos resultados da política pública ao longo do tempo, notadamente a partir da institucionalização do PNI em 1973.

Parte de uma pesquisa mais ampla, aprovada em Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer número 6.156.367, o presente artigo traz a mobilização relacionada com a revisão de literatura de conveniência, além do levantamento e análise documentais.

Para a revisão de literatura, foram pesquisadas bases de dados de periódicos *on line*, tanto em relação à vacinação quanto em relação à teoria das lógicas institucionais, como SPELL e Scielo. Em relação à vacinação, levantamento preliminar realizado para elaboração deste artigo na base de dados Scielo Brasil, com extensa referência na área de Saúde, em março de 2023, indicou a existência de 512 artigos a partir da consulta com a palavra “imunização”, 966 para a palavra “vacina”, 1015 para a palavra “vacinação” e 37 para a expressão “Programa Nacional de Imunizações”. O mesmo levantamento na base de dados SPELL, focado nos periódicos da área de Administração, indicou 9 para a palavra “imunização”, 15 para a palavra “vacina”, 13 para a palavra “vacinação” e nenhum para a expressão “Programa Nacional de Imunizações”. As principais referências utilizadas na análise da trajetória da vacinação no país foram lidas, analisadas e listadas ao final.

Em relação à teoria das lógicas institucionais, cujas referências não foram contabilizadas nos números informados anteriormente, tem-se como base a obra de Thornton e Ocasio (2008), além de seus precursores Friedland e Alford (1991), e outros institucionalistas que os precederam na teoria institucional e no neoinstitucionalismo. Para a palavra-chave “lógicas institucionais” foram achados 27 trabalhos e para “empreendedor institucional” foram 8 os artigos encontrados na base de dados Scielo, enquanto para a base de dados SPELL obtiveram-se 47 artigos para “lógicas institucionais” e outros 19 para empreendedores institucionais. Do mesmo modo, os artigos foram selecionados, analisados e referenciados.

O levantamento documental, por sua vez, foi focado no fenômeno da vacinação, envolvendo legislação, trajetória, contexto histórico, resultados obtidos e outros aspectos sobre o tema, e tem como marco temporal a institucionalização do PNI, em 1973, até os dias atuais, com o objetivo de identificação dos principais empreendedores institucionais. Foram consultados documentos produzidos predominantemente em suportes digitais, dos mais variados gêneros, como audiovisual, fonográfico, iconográfico e textual, e de tipos diversificados, tais como reportagens, leis, relatórios, dentre outros (SILVA; EMMENDOERFER; DA SILVEIRA CUNHA, 2020). Para tanto, foram acessados os *sites* do Congresso Nacional e da Presidência da República (planalto.gov.br), do Ministério da Saúde, do DataSus, da Sociedade Brasileira de Imunização (SBIM), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Fundação Ezequiel Dias (Funed), organismos internacionais como Organização Mundial da Saúde e Opas, dentre outros.

3 Referencial Teórico

A complexidade da prática de imunização em todas as suas etapas, em especial quanto a sua implementação e resultados almejados, requer uma lente teórica igualmente complexa que possa auxiliar na compreensão, ao menos em parte, dos problemas dela decorrentes. Para tanto, a teoria das lógicas institucionais, especialmente sistematizada por Patricia Thornton e William Ocasio (2008), nos parece ser a mais abrangente e adequada para analisar o fenômeno, na medida em que, decorrendo do institucionalismo, trabalha aspectos múltiplos inter e intra institucionais do comportamento individual, organizacional e social dos atores-chave envolvidos e atuantes em determinado contexto, como será descrita a seguir.

Inicialmente é importante contextualizar a teoria das lógicas institucionais no âmbito do institucionalismo (SELZNICK, 1948; PARSON, 1956), corrente teórica que busca entender como a realidade é construída e que emerge na sequência evolutiva dos estudos organizacionais em meados do século XX, a partir da percepção dos efeitos do ambiente sobre as organizações. Como uma evolução da teoria institucional, em especial do neoinstitucionalismo (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; HALL; TAYLOR, 2003), a teoria lógico-institucional acrescenta elementos de análise importantes a essa vertente teórica, uma vez que a abordagem institucional continua sendo referência para a interpretação de fenômenos complexos. Enquanto o neoinstitucionalismo entende que a cultura e a racionalidade advinda com a modernidade influenciam os comportamentos, a lógica institucional aceita que as regras, culturas, lógicas e todos os aspectos da vida social, organizacional, industrial, governamental, econômica, profissional, familiar e religiosa se interrelacionam e se retroalimentam, ainda que por vezes sejam contraditórios. Os comportamentos dos indivíduos e das organizações influenciam e são influenciados pelas regras/cultura/lógicas existentes num determinado contexto.

Importante reforçar, mais uma vez, que não se trata de negação da teoria institucional, mas de uma evolução a partir desta, robusta e incremental, na medida em que questiona, gera conhecimentos e uma nova teoria a partir da própria teoria da qual surge. Por isso, a teoria das lógicas institucionais é chamada de meta-teoria (ou teoria da teoria). Os próprios Thornton e Ocasio (2008) fazem questão de apontar as diferenças existentes entre o novo institucionalismo e as lógicas institucionais. Enquanto naquele o ambiente influencia as organizações e vice-versa, na perspectiva da lógica institucional o olhar é ampliado para abarcar indivíduos e organizações em variados contextos de análise (mercado, indústria, populações, sociedade, campos organizacionais, profissões, dentre outros), em interação permanente.

Friedland e Alford (1991), responsáveis pela introdução do termo lógica institucional, definem as instituições tanto como padrões de ação supraorganizacionais por meio dos quais o homem conduz a sua vida material no tempo e no espaço, quanto como sistemas simbólicos por meio dos quais o indivíduo produz e reproduz experiências significativas. Os autores inicialmente afirmaram existir três grandes ordens institucionais vigentes na sociedade ocidental moderna: o mercado capitalista, a burocracia estatal e a democracia política (THORNTON; OCASIO, 2008). Posteriormente, eles agregaram mais duas grandes instituições às três primeiras: a família nuclear e a religião cristã (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Cada um desses setores é regido por práticas e crenças (lógicas) diferentes e muitas vezes contraditórias que moldam os comportamentos dos indivíduos, havendo uma lógica predominante em cada setor que irá orientar a sua organização e dar elementos de motivação e identidade para os atores sociais dele pertencentes.

Thornton e Ocasio (2008), por sua vez, complexificaram a teoria ao trazer o significado do conjunto de crenças, regras, padrões de comportamento e práticas para o centro do debate institucional. Os autores definem lógicas institucionais como sendo “padrões históricos de práticas materiais, pressupostos, valores, crenças e regras, socialmente construídos pelas quais as pessoas produzem e reproduzem a sua subsistência material, organizam-se no tempo e no espaço e dão sentido à sua realidade social” (THORNTON; OCASIO, 1999, p. 804). Afirmam, também, que as “lógicas institucionais moldam o comportamento racional e consciente, enquanto os indivíduos e as organizações exercem um papel na formação e na mudança das lógicas institucionais” (THORNTON; OCASIO, 2008, p. 100, tradução nossa). Assim, as mudanças podem ser explicadas no nível macro, em nível micro ou em nível individual a partir das lógicas institucionais, o que permite uma análise ampliada do objeto em estudo.

Ainda de acordo com Thornton e Ocasio (2008), cinco princípios fundamentam a teoria das lógicas institucionais: a) agência incorporada ou agência imersa; b) sociedade como um sistema interinstitucional; c) fundamentos materiais e culturais das instituições; d) instituições em múltiplos níveis; e d) contingência histórica. A seguir procurou-se detalhar resumidamente cada um dos princípios fundamentais da teoria, tentando-se associar ao fenômeno sob análise, a vacinação no Brasil.

De acordo com o princípio da agência incorporada ou agência imersa, as escolhas dos agentes não estão baseadas apenas na racionalidade e em interesses individualistas, como pressupõe a teoria da agência, mas estariam limitadas e possibilitadas também pelas lógicas institucionais predominantes no contexto em que estão inseridos. As decisões e resultados dessas escolhas são decorrentes da interação entre a agência individual e a estrutura institucional (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; JACKAL, 1988; THORNTON; OCASIO, 1999 *apud* THORNTON; OCASIO, 2008). Esta visão também difere da visão dos neoinstitucionalistas de que a estrutura impera sobre a ação, já que amplia as perspectivas de influência sobre o agente também para as crenças, regras e práticas institucionais. O princípio da agência imersa pode ajudar na compreensão, por exemplo, dos motivos pelos quais pessoas que se vacinaram e vacinaram seus filhos de acordo com o preconizado pelo PNI ao longo da vida se colocaram contrárias à vacina contra a Covid-19 recentemente.

Ressalte-se aqui que a perspectiva do indivíduo não é verificada de modo uniforme entre os institucionalistas, havendo controvérsias quanto a como eles poderiam inovar e modificar as instituições se suas crenças e ações estariam determinadas pelo próprio contexto institucional que querem mudar (BATTILANA, 2006). Trata-se do chamado “paradoxo da agência incorporada” (HOLM, 1995; SEO; CREED, 2002 *apud* BATTILANA, 2006), cuja resposta, para Thornton e Ocasio (2008), estaria justamente no conceito da sociedade como sistema interinstitucional trazido pela perspectiva das lógicas institucionais.

A visão da sociedade como um sistema interinstitucional é a principal inovação de Friedland e Alford (1991), segundo Thornton e Ocasio (2008). Na medida em que eles partem para localizar um comportamento em determinado contexto, acabam por teorizar a respeito da existência de um conjunto de regras e práticas ou expectativas de comportamentos que acontecem de acordo com o setor social no qual o agente está inserido, sendo que cada setor social se interrelaciona com os demais e se influenciam mutuamente. Ou seja, há uma enorme complexidade nas relações entre e intergrupos, influenciadas pelas práticas vigentes em cada um desses grupos, e a perspectiva de analisar as lógicas institucionais abre espaço para sistematizar o estudo dessa teia de interrelacionamentos.

Para Friedland e Alford (1991) os valores e utilidades estão localizados em setores institucionais como família, religião, profissões e estados, e por isso as teorias de mercado que se afastam disso tendem a falhar. Para Thornton (2002 *apud* THORNTON; OCASIO, 2008) o conflito entre essas lógicas influencia o comportamento humano e organizacional, que por sua vez podem gerar mudanças importantes nas próprias lógicas.

Sobre os fundamentos materiais e culturais das instituições, Thornton e Ocasio (2008), incorporando o aspecto cultural trazido por Friedland e Alford (1991), enfatizam que cada uma das ordens institucionais presentes na sociedade possui características tanto materiais quanto culturais, reconhecendo que as instituições se desenvolvem e mudam a partir da interação entre ambas as forças. Neste ponto os autores evidenciam, mais uma vez, a diferença em relação às escolhas racionais ou irracionais e as motivações pelas quais ocorrem, enfatizando que o argumento mais importante é “como o conflito comparativo e a conformidade das lógicas institucionais” materiais e culturais “influenciam o comportamento humano e organizacional” (tradução própria). Fica claro, portanto, o lugar da cultura na formação da ação, para além da racionalidade, aspecto que se espera identificar ao longo da pesquisa.

Quanto à perspectiva das instituições em múltiplos níveis, Thornton e Ocasio (2008) enfatizam que Friedland e Alford (1991) focaram sua análise na lógica de nível social e seus efeitos sobre os indivíduos e as organizações. Porém, o desenvolvimento da teoria a partir daí ampliou os enfoques possíveis sob a perspectiva das lógicas institucionais para variados níveis, como mercados, indústrias, comunidades, dentre outros. O Sus, como sistema de organização e gestão da política de saúde no Brasil é, por si só, complexo e multinível (MENECCUCCI, 2007), e a abordagem por meio da teoria das lógicas institucionais propiciará maior variedade de mecanismos teóricos para explicação do fenômeno da vacinação, obviamente inserido no contexto do Sistema Único. Os níveis de análise que vão sendo identificados à medida que são levantados os aspectos da política de vacinação, permitem melhor compreensão quanto aos diversos atores envolvidos e os elementos que influenciam os resultados da vacinação.

Ainda no aspecto do princípio de instituições em múltiplos níveis, Thornton e Ocasio (2008) apontam para a possibilidade de existência de lógicas concorrentes dentro de um mesmo campo ou de lógicas contraditórias entre si. Lembrando que a ideia de campo organizacional é aqui entendida como o conjunto de organizações que constituem uma área reconhecida da vida institucional, tais como fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares (DiMAGGIO; POWELL, 2005). Sendo assim, a teoria pode auxiliar na identificação de lógicas que eventualmente concorrem entre si dentro do campo da saúde ou até mesmo dentro da própria política de vacinação, por exemplo, ou de lógicas atuando de maneira contraditória, numa relação de forças que pode gerar conflitos e mudanças de comportamento quando uma prevaleça sobre outra (indústria farmacêutica e laboratórios públicos, por exemplo).

Em relação ao quinto princípio, da contingência histórica, Thornton e Ocasio (2008) a consideram uma premissa fundamental da abordagem da lógica institucional. Na visão dos autores, a conjuntura histórica, além de influenciar os comportamentos individuais e organizacionais (o que a teoria institucionalista já adiantava), pode determinar quais são as lógicas predominantes em determinado período, impactando seu desenvolvimento e importância. Algumas descobertas, por exemplo, podem ser válidas em um período histórico e relativizadas ou colocadas sob suspeita em outro.

Lee e Lounsbury (2015, p. 847 *apud* PICHETH; CRUBELLATE, 2019) defendem que “[...] os valores e crenças associados às lógicas institucionais não estão flutuando livremente, mas estão concretamente representados nas práticas e comportamentos padronizados dos atores que agem como portadores de lógicas em contextos específicos”. Ou seja, os mesmos atores agem de acordo com lógicas diferentes conforme o contexto em que estejam inseridos. Em consequência disso, a análise das lógicas institucionais, deve estar inserida no seu respectivo contexto para que seja mais bem explicada (THORNTON; OCASIO, 2008; FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

A respeito de como as lógicas podem moldar os comportamentos individuais e organizacionais, os autores ressaltam quatro mecanismos pelos quais elas podem exercer seus efeitos sobre a ação de indivíduos e organizações: identidades coletivas e identificação; concursos de status e poder; classificação e categorização; e atenção. Por outro lado, as lógicas podem ser alteradas por meio de comportamentos individuais ou organizacionais categorizados pelos autores em três mecanismos de mudança: empreendedores institucionais, sobreposição estrutural e sequenciamento de eventos. Um quarto mecanismo citado, a existência de lógicas concorrentes, pode ser tanto instrumento de mudança da lógica como consequência dessa mudança.

Especificamente quanto aos empreendedores institucionais, que é o que se propõe mapear neste artigo, utiliza-se o conceito formulado inicialmente por Paul DiMaggio em 1988 (THORNTON; OCASIO, 2008; AVRICHIR; CHUEKE, 2011) e trabalhado posteriormente pelo próprio e por outros autores (DiMAGGIO, 1991; FLIGSTEIN, 1997; THORNTON, 2004). Os empreendedores institucionais são definidos pelo autor como agentes que mobilizam recursos aos quais tem acesso para sustentar seus próprios interesses, criando instituições novas ou modificando as já existentes.

Fazendo alusão ao “paradoxo de agência” (HOLM, 1995 *apud* THORNTON; OCASIO, 2008) e à controvérsia existente entre neoinstitucionalistas quanto ao empreendedorismo institucional, Battilana (2006) explica que existe uma natureza dialética entre instituições e a ação humana, já que é esta que produz aquelas. Ou seja, antes das instituições (regras, práticas, cultura, e outros elementos que as constituem) serem vividas na prática pelo homem, elas são produzidas por ele. Daí a relevância do indivíduo na perspectiva da construção e da mudança dessas instituições, ainda que na maioria das vezes os indivíduos que estejam sofrendo a influência da instituição (e, portanto, concorrendo para a sua mudança) não sejam os mesmos que a criaram inicialmente. Segundo o autor, a controvérsia decorre do fato dos teóricos neoinstitucionais não terem abordado de forma aprofundada a questão da agência humana, concentrando seus estudos nos níveis organizacionais e sociais de análise em detrimento do nível individual (BATTILANA, 2006), diferentemente do inter-relacionamento proposto por Friedland e Alford (1991) entre os três níveis de análise (individual, organizacional e social), como descrito anteriormente.

Os empreendedores institucionais podem ser tanto organizações ou grupo de organizações, como indivíduos ou grupo de indivíduos, e podem ocupar diferentes locais sociais no sistema interinstitucional (THORNTON, 2004), cujos interesses podem ser contraditórios. De todo modo, no entanto, decorrem sempre do indivíduo, em última análise. É importante ressaltar que não se pretende esgotar a discussão quanto ao conceito, já que são variadas as possibilidades de sua mobilização conforme o contexto estudado, mas introduzir a noção e a influência dos empreendedores institucionais no campo da vacinação para poder mapeá-los e tentar compreender seu papel na política pública.

A breve descrição teórica mostra, pois, a complexidade e a profundidade do fenômeno e da lente teórica escolhida. No entanto, seu pressuposto fundamental é o de que, para compreensão do comportamento individual e organizacional é necessário localizar tais comportamentos em um contexto social e institucional, lembrando que se trata de uma interação de mão dupla, na qual este contexto institucional molda o comportamento ao mesmo tempo que oferece oportunidade para a ação e a mudança do próprio contexto no qual está inserido (THORNTON; OCASIO, 2008). As noções de contexto e atores são, portanto, imprescindíveis para a análise sob a perspectiva das lógicas institucionais (LOUNSBURY; BOXENBAUM, 2013).

4 Apresentação e Análise de Resultados

O Programa Nacional de Imunização (PNI), completa cinquenta anos em 2023 em uma trajetória nem sempre exitosa, mas que pode ser traduzida em um conjunto exemplar de indicadores e ações de muito prestígio da vacinação brasileira. Nascido antes mesmo do próprio Sistema Único de Saúde (SUS), mas consolidado a partir dos princípios da universalidade e equidade definidos posteriormente na regulamentação do SUS (MENICUCCI, 2007), o PNI reúne uma experiência inédita no mundo ao longo da sua existência, tendo a vacinação mudado radicalmente o cenário epidemiológico de doenças imunopreveníveis no Brasil (DOMINGUES et al., 2020) a partir de sua atuação e “contribuído para a redução das desigualdades regionais e sociais” (DOMINGUES; TEIXEIRA, 2013, p. 11). Não obstante, a pesquisa demonstra que tal trajetória atualmente se encontra sob forte pressão em relação às coberturas vacinais de determinadas doenças, especialmente a partir de 2016, num fenômeno que não é exclusividade brasileira e que está relacionado a fatores diversos (DOMINGUES et al., 2020; HOLANDA et al., 2022).

Os números compilados por Domingues et al. (2020) indicam que em 18 países da região a cobertura ficou abaixo de 80% para a primeira dose contra rubéola, sarampo e caxumba, e que a cobertura para a terceira dose da vacina contra difteria, tétano e coqueluche (DTP3) caiu de 89% em 2018 para 85% em 2020, dentre eles o Brasil. Entre 2016 e 2018, apenas a vacina BCG alcançou a meta preconizada de 90%, e em 2018 os baixos índices de vacinação infantil com a vacina tríplice viral (proteção contra sarampo, caxumba e rubéola), especialmente em relação à segunda dose, contribuíram para a incidência de mais de 10 mil casos de sarampo no mesmo ano (DOMINGUES et al., 2020; NUNES, 2021). A Opas (2022, p. 7) por meio de seu do Grupo Técnico Assessor (GTA) sobre Doenças Imunopreveníveis “recomenda fortemente que os países concentrem seus compromissos políticos, técnicos e financeiros em interromper a diminuição da cobertura vacinal até dezembro de 2023”, buscando em seguida atingir o nível de cobertura de 95% existente uma década atrás.

A vacinação é um objeto de difícil apreensão, constituindo-se, na realidade, em um fenômeno de grande complexidade onde se associam e se entrecrocavam crenças e concepções políticas, científicas e culturais as mais variadas. De fato, longe de ser um ato isolado, sujeito apenas aos parâmetros de aferição e decisão da medicina ou das ciências biomédicas, a vacinação é também, pelas implicações socioculturais e morais que envolve, a resultante de processos históricos nos quais são tecidas múltiplas interações e onde concorrem representações antagônicas sobre o direito coletivo e o direito individual, sobre as relações entre Estado, sociedade, indivíduos, empresas e países, sobre o direito à informação, sobre a ética e principalmente sobre a vida e a morte. Potencialmente polêmica, a vacina e seus usos contemplam ainda interesses geopolíticos e macroeconômicos, tendo sido ultimamente associada a conflitos entre nações e ao bioterrorismo. (PÔRTO; PONTE, 2003, p. 729).

Temporão (2003) destaca que o PNI foi concebido e influenciado por forças e projetos relacionados a um contexto de fortalecimento da participação do setor privado na saúde, marcado pelo desenvolvimento do Complexo Médico Industrial e por demandas de aumento da cobertura dos serviços de saúde. Permeada por conflitos, a concepção do programa se deu sob embate entre movimentos a favor das campanhas de vacinação, de um lado, e propostas de reforma do setor de saúde voltadas para o fortalecimento da vacinação de rotina, de outro, tendo como pano de fundo a disputa ideológica e política característica do período militar.

De acordo com Domingues et al. (2020), pode-se atribuir o sucesso da vacinação no Brasil, ao menos em parte, à forma de organização descentralizada do PNI, com direção única em cada esfera governamental, e aos princípios da equidade da atenção e da universalidade, todos previstos na Lei n. 8.080/1990 e pilares na execução do Programa a partir da criação do Sus. As autoras lembram da capacidade do PNI de ofertar vacinas para todos os grupos alvos em cada sala de vacinação do país (universalidade) e da disponibilização de imunizantes para todas as fases da vida, inclusive para pessoas com condições clínicas especiais, grávidas, indígenas e militares (equidade), além da capacidade de articulação de toda essa rede de forma hierarquizada e integrada, especialmente na elaboração de normas, metas e resultados que garantem a sua operacionalização (DOMINGUES; TEIXEIRA, 2013; DOMINGUES et al., 2020).

É inegável, que os mais de 200 anos de experiência em imunização, notadamente as intensas cinco décadas do PNI, além do avanço da ciência e dos estudos e recomendações de uso das vacinas para doenças imunopreveníveis, tornaram a política de imunização uma grande e complexa estratégia de saúde pública mundialmente reconhecida, imprescindível para uma sociedade cada vez mais globalizada e móvel. Não há barreiras geográficas possíveis que contenha o fluxo de pessoas e produtos e, por conseguinte, as doenças. O vírus não respeita fronteiras e não tem passaporte que faça sua identificação e controle como a pandemia da Covid-19 ressaltou.

A credibilidade nas vacinas e recomendações técnicas, além de serem impactadas pela postura do Estado em relação à política pública, também perpassam o envolvimento de setores da academia, pesquisadores, sociedades científicas e de classe, organizações governamentais e não governamentais, entidades públicas e privadas, que possam dar sustentação ao Programa, proporcionando maior adesão da população (DOMINGUES et al., 2020). O papel de tais empreendedores institucionais é significativo para interpretação da política de imunização no país.

Tamanha complexidade demanda esforço estratégico contínuo e sistematizado dos gestores da política, além de alta capacidade de coordenação entre os três entes da federação. O resgate da trajetória da vacinação brasileira para elaboração deste projeto reforça a variedade de aspectos e situações que afetam a estratégia de imunização e a necessidade de serem somados esforços de múltiplos atores para a manutenção das coberturas recomendadas, a baixa incidência ou eliminação de doenças imunopreveníveis e a proteção da saúde global.

Nota-se que a lógica que mobiliza o medo ou os questionamentos quanto à eficácia e importância das vacinas sempre existiu desde a sua invenção no século XVIII (PÔRTO; PONTE, 2003; BRASIL, 2013). O que parece mudar, no entanto, é a prevalência desta sobre outras lógicas favoráveis a ela, em determinados momentos (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORNTON; OCASIO, 2008).

Adaptando a sistematização de Thornton e Ocasio (2008) para o contexto da Saúde Pública, especialmente da política de imunização brasileira, buscou-se mapear as principais lógicas institucionais vigentes e os atores-chave atuantes em cada uma delas. Frise-se que o objetivo do esquema abaixo é tentar facilitar a compreensão e categorização das variadas regras e práticas institucionais encontradas no estudo da política e dos motivos de vacinação e não vacinação. Não há, com isso, qualquer pretensão de serem esgotadas todos os empreendedores, instituições e lógicas constituídos no campo da vacinação no Brasil, mas mapear os principais com o objetivo de construir uma tipologia que auxilie a pesquisa.

Assim, fruto de um exercício de reflexões preliminares a partir da documentação e referências consultadas para fins deste estudo, elaborou-se quadro contendo as lógicas institucionais identificadas no contexto da vacinação no caso brasileiro e os respectivos empreendedores institucionais, cuja presença e predominância ao longo da história da vacinação brasileira parecem influenciar seus resultados. Cabe ressaltar que o PNI é considerado a principal lógica nesse contexto, mostrando-se transversal a todas as outras mencionadas anteriormente.

Quadro 1 – Empreendedores Institucionais da Vacinação

Tipologia das lógicas institucionais segundo Thornton e Ocasio (2008)	Lógicas Institucionais na Vacinação	Empreendedores	Aspectos constitutivos (harmônicos e contraditórios)	Referências teóricas preliminares
Corporações Estado Mercado	Industrial	Indústria farmacêutica Fiocruz Instituto Butantan Funed Associação Brasileira de Indústria de Insumos Farmacêuticos Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS)	Produção e fornecimento de vacinas pelo setor público e privado, e estruturação de laboratórios para realização de exames (vigilância epidemiológica) e controle de qualidade das vacinas. Programas de transferência de tecnologia Autossuficiência na produção nacional Registro sanitário Sus/PNI	Temporão (2003). Domingues e Teixeira (2013). Domingues et al., (2020). Gadelha (2020). Stávale, Leal e Freire (2020). Guimarães (2021) Peres et al. (2021).
Estado Profissões	Técnica e Operacional	Médicos Enfermeiras Técnicos de enfermagem Aplicadores de vacinas Agentes comunitários de saúde Vigilâncias Epidemiológica e Sanitária Médicos Pela Vida (MPV)	Uniformização de técnicas de administração, intervalos de aplicação, possíveis eventos adversos, formas de transporte e armazenamento das vacinas, tipos de insumos adequados, edição de normas operacionais padrões. Orientação para vacinação PNI SUS (estrutura, financiamento)	Temporão (2003, p. 608). Maciel et al. (2022, p. 953/954) Gonçalves, (2008, pp. 177-223). Nunes (2021). Peres et al. (2021). Ferrari et al. (2022).
Estado	Gerencial	Gestores de saúde de todos os níveis	Aquisição e distribuição de vacinas, logística, pessoal e estrutura física, coleta e gerenciamento de dados (vacinados x necessidade; casos notificados; necessidade nacional de imunobiológicos, etc.) Sus/PNI	Temporão (2003) Moraes et al. (2003) Domingues e Teixeira (2013) Maciel et al. (2022, p. 953)

			Forma de cálculo da cobertura vacinal e instrumentos de coleta de dados sobre vacinação Estruturação física da rede Organização de campanhas	
Estado e Mercado	Informacional	Mídia Imprensa Redes sociais, Sociedade civil organizada País	Comunicação e educação em saúde, conscientização da população, utilização de mecanismos informacionais e de comunicação para adesão da sociedade ao programa Campanhas institucionais Instagram, TVs, rádios, campanhas privadas Sus/PNI	Nunes, 2021. Maciel et al. (2022, p. 953/954). Sacramento, Falcão e Leiroz (2022).
Política	Política	Presidente da República Ministro da Saúde Governadores Secretários de Estado e Municipais de Saúde. Prefeitos. Poder legislativo federal, estadual e municipal	Coordenação geral da política por meio da integração de estratégias para utilização de vacinas em saúde pública; Destinação de orçamento Tomada de decisão quanto a realização de campanhas, estruturação da vacinação, intenção de compra de imunizantes e insumos Sus/PNI	Temporão (2003, p. 605) Maciel et al. (2022). Mesquita, Lopes e Herrero (2021). Fleury; Neves (2023)
Corporações Profissões	Acadêmica, científica e sociedades de classe	Universidades sociedades científicas (Sociedade Brasileira de imunização, de Pediatria) conselhos de classe (medicina, farmácia, enfermagem) Médicos Pela Vida (MPV)	Financiamento de pesquisas Comitê Técnico Assessor (CTAI) Orientação para vacinação Contestação da necessidade de vacinação – MPV e ideias divergentes sobre os processos de saúde e doença	Domingues et al. (2020). Maciel et al. (2022, p. 954). Ferrari et al. (2022).
Família Religiões	Familiar	País, Mães, avós	Acesso ao serviço de saúde Credibilidade nas vacinas Medo dos eventos adversos Hesitação vacinal	Domingues et al. (2020). Gugel (2021). Nobre, Guerra e Carnut (2022).

Fonte: dados da pesquisa

Os achados da pesquisa indicam como principais empreendedores institucionais no campo da vacinação diversos indivíduos e organizações que foram categorizados inicialmente em sete grupos de lógicas institucionais. Aqui cabe retomar que, para fins deste artigo, a identificação dos empreendedores institucionais toma a conceituação de Thornton (2004), listados no Quadro 1 como organizações ou grupo de organizações, como indivíduos ou grupo de indivíduos, e que estes ocupam distintas posições no campo da imunização no Brasil.

A indústria farmacêutica, a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz, o Instituto Butantan, a Fundação Ezequiel Dias – Funed, a Associação Brasileira de Indústria de Insumos Farmacêuticos e o Complexo Econômico Industrial da Saúde compõem a chama lógica industrial da vacinação.

Bastante interrelacionada a esta, está a lógica acadêmica, científica e de sociedades de classe, composta por universidades públicas e privadas, grupos de pesquisa, conselhos de classe como Conselhos Federal e Regionais de Medicina, de Farmácia e de Enfermagem, Sociedades Brasileiras de Imunização e de Pediatria, associação Médicos Pela Vida. Estes grupos por vezes são compostos por indivíduos que atuam profissionalmente ora na lógica da indústria, ora na lógica acadêmica e científica, como pesquisadores por exemplo. Comum também que médicos atuem tanto como professores e pesquisadores, quanto atendendo pacientes em consultórios e, ainda, como pais e mães no contexto familiar.

O mesmo pode ocorrer com os empreendedores institucionais classificados na lógica técnica-operacional, formada por médicos, enfermeiras, técnicos de enfermagem, aplicadores de vacinas, agentes comunitários de saúde, vigilâncias epidemiológica e sanitária. Aliás, a lógica familiar, composta em princípio por mães, pais e avós, prioritariamente, pode estar presente nos indivíduos que compõem qualquer uma das outras lógicas, bastando, para isso, que exerçam estes papéis.

Gestores de saúde de todos os níveis da federação, como ministro, secretários estaduais e municipais de saúde, subsecretários, diretores, coordenadores e outros cargos podem atuar ora numa lógica gerencial, ora numa perspectiva política. Enquanto lógica gerencial, tais atores organizam, decidem e influenciam, por exemplo, a forma de aquisição e distribuição de vacinas, a definição da logística, da estrutura física e de pessoal para aplicação dos imunizantes, a coleta e o gerenciamento de dados, a forma de cálculo da cobertura vacinal e os instrumentos de coleta dos dados de vacinação, a estruturação da rede de frios, compra de insumos, dentre outras questões.

Por outro lado, na lógica política, podem decidir quanto a destinação de recursos para a política de imunização e a realização de campanhas (no nível central de coordenação), ou influenciar na intenção de compra de novos imunizantes. A lógica política se complementa, ainda, com presidente da República, governadores estaduais, prefeitos e membros dos poderes legislativos federal, estadual e municipal.

A lógica informacional, por sua vez, está composta pela imprensa nacional e internacional, organizações da mídia, redes sociais diversas, como Instagram, WhatsApp, Telegram, TikTok, Twitter, sociedade civil organizada, pais e demais pessoas que se utilizam desses meios para se informar (incluídos aqui os empreendedores citados nos demais grupos de lógicas institucionais). As campanhas de informação ou desinformação, como se viu em grande escala durante a pandemia do novo coronavírus, podem ser criadas, consumidas e replicadas em proporções exponenciais a partir do advento da internet e sua capacidade de influência sobre as pessoas (e, portanto, sobre as instituições e lógicas de ação) é inegável.

Nessa breve descrição é possível notar como a atuação dos atores pode variar conforme o contexto em que estão inseridos, reforçando a tese defendida por Lee e Lounsbury (2015 *apud* PICHETH; CRUBELLATE, 2019) descrita anteriormente. O princípio da sociedade como um sistema interinstitucional de setores sociais, como proposto por Friedlan e Alford (1991), associado à análise da trajetória da política de imunização, permite desvelar as especificidades históricas e as influências institucionais dos diversos atores envolvidos na vacinação, inclusive quanto aos possíveis motivos da queda da cobertura vacinal, por exemplo.

4 Considerações Finais

A complexidade na interpretação da dinâmica de funcionamento da política de vacinação no Brasil, institucionalizada e materializada pelo PNI, fica evidente a partir da sua trajetória histórica, das lógicas e dos empreendedores institucionais descritos neste artigo. Ao longo dos seus 50 anos, nota-se que o PNI é influenciado por inúmeros fatores e atores, antagônicos entre si em determinados momentos e conjunturas, e alinhados em outros a partir dos interesses. Diante de tamanha complexidade a abrangência, cabe refletir quais são os grandes desafios da política pública de vacinação a serem superados contemporaneamente.

Especificamente em relação aos empreendedores institucionais, que se utilizam das contradições, fragmentação e diferença entre as instituições para manipular recursos materiais e principalmente culturais na mudança das lógicas de acordo com seus interesses, chama a atenção o uso de estratégias retóricas para reinterpretar e manipular dados e práticas predominantes (THORTON; OCASIO, 2008), como parece ter ocorrido na gestão da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Foi recorrente o uso midiático de estudos supostamente científicos sobre indicação de medicamentos e de casos isolados de ocorrência de eventos adversos relacionados à vacinação para lançar dúvidas a respeito da ciência, das recomendações técnicas, da prática de vacinação e da credibilidade da imprensa, com o flagrante objetivo de ganhar capital político (CONASS, 2021; FERRARI et al., 2022). Tais comportamentos também parecem estar relacionados ao sequenciamento de eventos iniciados no país a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff, que aumenta a incidência de discursos neoliberais de questionamento e relativização da ciência e da imprensa de modo geral, de forma que “verdades” só são ditas pelos líderes desses grupos.

Os achados de pesquisa permitiram a identificação inicial de sete grandes grupos de lógicas institucionais da vacinação no Brasil, com diversos empreendedores institucionais (atores-chave que influenciam a política) correlacionados. Importante lembrar que todos esses empreendedores se interrelacionam e influenciam-se uns aos outros, podendo estar presentes em mais de uma lógica, atravessados todos eles pelo PNI. A categorização destes elementos no quadro citado é importante para fins didáticos e de melhor compreensão das forças envolvidas no campo organizacional.

Os empreendedores relacionados na dimensão política parecem ter relevância a ser destacada, já que possuem condições e recursos a serem mobilizados para a retomada da coordenação central e integrada da política, com a criação de estratégias de comunicação e orientação técnica para as três esferas de governo, de modo a alcançar maiores coberturas e homogeneidade vacinais. Além disso, governos centrais ou locais podem atuar na diversificação das estratégias de vacinação, incluindo-se a busca ativa e a administração em locais de grande concentração do público-alvo, como escolas e universidades, como começa a ser visto em grandes cidades como Belo Horizonte, por exemplo.

Importante registrar que o mapeamento delineado neste artigo não pretende ser exaustivo, assim como os aspectos constitutivos de cada lógica institucional não podem ser compreendidos como estratégias simples, requerendo grande esforço e atenção por parte do Estado e suas estruturas e parcerias. No entanto, a compreensão de todo este contexto parece fundamental para superar os obstáculos apresentados contemporaneamente ao PNI e recuperar a imagem brasileira como referência mundial em programas de imunização. Assim, a partir deste estudo sugere-se novas pesquisas para que sejam aprofundados o teor e o nível de influência de cada um dos empreendedores institucionais envolvidos na política, bem como para que sejam eventualmente mapeados novos atores e melhor abordados os recursos e interesses envolvidos que certamente

impactam na mudança dos indicadores vacinais. Estudos futuros podem, portanto, auxiliar na compreensão da miríade de posições existentes no campo organizacional.

Agradecimentos: Os pesquisadores agradecem à CAPES pelo apoio à pesquisa.

Referências:

AVRICHIR, Ilan; CHUEKE, Gabriel Vouga. Empreendedorismo institucional: uma análise de caso no setor de energia elétrica brasileiro. **RAM, Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 6, Edição Especial, 2011.

BATTILANA, Julie. Agency and institutions: the enabling role of individuals' social position. **Organization**, v. 13, n. 5, p. 653-676, 2006.

BRASIL. Centro Cultural da Saúde. **Revolta da Vacina: Cidadania, Ciência e Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/paineis.html>. Acesso: março, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações (PNI): 40 anos**. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). **Reflexões e Futuro**. Org. Alethele de Oliveira Santos e Luciana Tolêdo Lopes. Coleção Covid-19; vol. 6. Brasília, 2021.

CRESWELL, J. **Research design qualitative & quantitative approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2012.

DiMAGGIO, Paul J. Constructing an organizational field as a professional project: U.S. art museums, 1920–1940. In **The New Institutionalism in Organizational Analysis**, ed. Walter W. Powell and Paul J. DiMaggio, 267–292. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

DiMAGGIO, Paul J. and Walter W. Powell. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review** 48: 147–16, 1983.

DiMAGGIO, Paul J., POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v.45, n.2, p.74-89, 2005.

DOMINGUES, Carla Magda Allan S.; TEIXEIRA, Antônia Maria da Silva. Coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil no período 1982-2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 1, p. 9-27, mar. 2013.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos; WOYCICKI, Jeanine Rocha; REZENDE, Kellen Santos; HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha. Programa Nacional de Imunização: a política de introdução de novas vacinas. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 6, supl. 4, p. 3250-3274, 2015.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos; FANTINATO, Francieli F. S.; DUARTE, Elisete; GARCIA, Leila Posinato. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, n. 2, p. e20190223, 2019.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos; MARANHÃO, Ana Goretti K.; TEIXEIRA, Antônia Maria; FANTINATO, Francieli F. S.; DOMINGUES, Raissa A. S. 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, supl. 2, p. e00222919, 2020.

FERRARI, Isaura Wayhs.; GRISOTTI, Márcia; AMORIM, Lucas de Carvalho; RODRIGUES, Larissa Zancan; RIBAS, Marcella Trindade; UFLACKER-SILVA, Cristiane. Tratamento precoce”, antivacinação e negacionismo: quem são os Médicos pela Vida no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, p. 4213-4222, 2022.

FLEURY, Sônia; NEVES, Luiz Antônio. **Lula e Saúde: entre governança e governabilidade**. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2023. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/629739-lula-e-saude-entre-governanca-e-governabilidade-artigo-de-sonia-fleury-e-luiz-antonio-neves> . Acesso: junho, 2023.

FLICK, Ury. **An introduction to qualitative research**. Newbury Park, CA: Sage, 2004.

FLIGSTEIN, Neil. Social Skill and Institutional Theory. **American Behavioral Scientist**, 40(4), 397– 405, 1997.

FRIEDLAND, Roger; ALFORD, R. Robert. ‘Bringing society back in: Symbols, practices, and institutional contradictions,’ in *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, ed. Walter W. Powell and Paul J. DiMaggio, pp. 232–263. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois et al. Acesso a vacinas no Brasil no contexto da dinâmica global do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00154519, 2020.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M e GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57- 63, mar-abr., 1995.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p 20-29, mai-jun., 1995.

GONÇALVES, Carlos Manuel. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, vol. XVII-XVIII, 2008, pp. 177-223.

GUGEL, Sandrieli et al. Percepções acerca da importância da vacinação e da recusa vacinal: uma revisão bibliográfica. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 22710-22722, 2021.

GUIMARÃES, Reinaldo. Vacinas: da saúde pública ao big business. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1847-1852, 2021.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, 2003.

HOCHMAN, G.; SOUZA, C. M. C. Vacina e vacinação antivariólica na Bahia oitocentista. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 9, p. 3429–3440, 2022.

HOLANDA, W. T. G.; OLIVEIRA, S. B.; SANCHEZ, M. N. Aspectos diferenciais do acesso e qualidade da atenção primária à saúde no alcance da cobertura vacinal de influenza. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1679–1694, 2022.

LOUNSBURY, M.; BOXENBAUM, E. **Institutional logics in action. Research in the Sociology of Organizations**, v. 39, p. 3-22, 2013.

MACIEL, Ethel; FERNANDEZ, Michelle; CALIFE, Karina; GARRET, Denise; DOMINGUES, Carla; KERR, Ligia; DALCOMO, Margareth. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 951–956, 2022.

MESQUITA, E.; LOPES, E. L.; HERRERO, E. E se a pessoa tomar a vacina e virar um jacaré?: um estudo do efeito da polarização ideológica na intenção de compra. **Brazilian Business Review**, v. 19, n. 5, p. 565-583, 2022.

MENICUCCI, Telma M. G. **Público e privado na política de assistência à saúde no Brasil - atores, processos e trajetória**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

MEYER, J. W., ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v.83, n.2, p.340-363, 1977.

MILES, M., HUBERMAN, A. **An expanded source book: qualitative data analysis**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

NOBRE, Roberta; GUERRA, Lúcia Dias da Silva; CARNUT, Leonardo. Hesitação e recusa vacinal em países com sistemas universais de saúde: uma revisão integrativa sobre seus efeitos. **Saúde Debate**, v. 46, n. spe 1, p. 303-321, 2022.

NUNES, Letícia. Vacinas: histórias, lições recentes e atual cobertura no Brasil. **Nota Técnica n. 16**. Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – IEPS: São Paulo. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (Opas). **Tópicos, Imunização**. Disponível em <<https://www.paho.org/pt/topicos/imunizacao>>. Acesso em: 19 de out. de 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (Opas). **Boletim de Imunização**, v. 46, n. 3, set. 2022. Disponível em https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/56652/PAHOFPLHL220051_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y **Imunização**. Acesso em: 04 de mar. de 2023.

PAIVA, André Luiz de. BRITO, Mozar José de. A Configuração das Lógicas Institucionais do Campo da Cachaça de Alambique em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 56, Nº 04, p. 701-718, 2018.

PARSONS, Talcott. Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations-I; **Administrative Science Quarterly**. v. 1, p. 63-85, 1956.

PICHET, Sara Fernandes. CRUBELLATE, João Marcelo. Mudança, Lógicas Institucionais e Emergência de Novos Atores: A Renaturalização da Maternidade no Brasil. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 486-512, 2019.

PÔRTO, Ângela. PONTE, Carlos Fidelis. Vacinas e campanhas: imagens de uma história a ser contada. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v. 10, supl. 2, p. 725-42, 2003.

PERES, Kaite Cristiane; BUENDGENS, Fabíola Bagatini; PRATES, Ediana Adriano; BONETTI, Norberto Rech; SOARES, Luciano; VARGAS-PELÁEZ, Claudia Marcela; FARIAS, Mareni Rocha. Vacinas no Brasil: análise histórica do registro sanitário e a disponibilização no sistema de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, p. 5509-5522, 2021.

SACRAMENTO, Igor; FALCÃO, Hully Guedes; LEIROZ, Flávia. E quando não eram fake news? Boato e cisma sobre vacinação no Brasil de 1999/2000. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 21, n. 47, 2022.

SELZNICK, Phillip. Foundations of the Theory of Organization. **American Sociological Review**, 13: 25–35. 1948.

SILVA, Jorge Leal; EMMENDOERFER, Magnus Luiz; DA SILVEIRA CUNHA, Nina Rosa. Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re) Aplicável. **Teoria e Prática em Administração**, v. 10, n. 2, p. 23-41, 2020.

STÁVALE, Monique Collaço de Moraes; LEAL, Maria da Luz Fernandes; FREIRE, Marcos da Silva. A evolução regulatória e os desafios na perspectiva dos laboratórios públicos produtores de vacinas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

TEMPORÃO, José Gomes. O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, v. 10, supl. 2, p. 601-17, 2003.

THORNTON, Patricia. **Markets from Culture: Institutional Logics and Organizational Decisions in Higher Education Publishing**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.

THORNTON, Patricia. H.; OCASIO, William. Institutional logics. In: GREENWOOD, R. et al (eds.). **The Sage handbook of organizational institutionalism**. London: Sage, 2008. p. 99-129.

VARELLA, Drauzio. **Palavra de médico: ciência, saúde e estilo de vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.